

serem destinados conforme o projeto orçado. A administração, no sentido de garantir a continuidade da operação e poder atender todos os usuários SUS, vem realizando reuniões de forma frequente e demonstrando a situação da unidade ao gestor público. Abaixo demonstramos os documentos enviados para o ente público solicitando tais equilíbrios financeiros:

Projeto	Documento	Pedido	Valor
Itaituba	Protocolo PAE 2022/956886	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	8.093.689
Itaituba	Protocolo PAE 2024/17001	Requerimento de Repactuação de Metas Contratuais e Reequilíbrio Econômico-Financeiro MENSAL	9.080.544
Itaituba	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	863.308
Total			18.037.540

6. Imobilizado

	Reapresentado			
	31/12/2022	31/12/2023		
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Custo de aquisição	462.284	-	-	462.284
Móveis e utensílios	-	1.685	-	1.685
Equipamentos de informática	363.911	51.067	-	414.978
Máquinas e Equipamentos	826.195	52.752	-	878.947

Bens transferidos pelo ente público o Instituto que fará a gestão e estará responsável pelo guarda, e registrados conforme valor de aquisição. Qualquer destinação realizada deve ser informada ao ente público para que o controle se mantenha íntegro. A depreciação dos bens não é realizada pela instituição, que posteriormente serão devolvidos ao ente público.

7. Fornecedores

	Reapresentado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços médicos	8.755.388	5.567.413
Materiais hospitalares	5.139.249	2.065.742
Medicamentos	3.061.685	1.126.645
Gêneros alimentícios	2.215.488	1.115.655
Serviços de técnico imagens e análises	1.379.289	909.712
Outros Serviços de Terceiros	1.135.817	650.756
Locações	1.024.056	269.962
Serviços de assessoria e consultoria	614.199	418.664
Equipamentos e instalações	588.834	674.797
Materiais e serviços de manutenção	460.610	553.694
Material de higiene e limpeza	379.678	137.543
Materiais de expediente	145.578	26.076
Material e serviços de informática	133.046	37.956
Material de uso e consumo	15.729	276.953
Viagens e estadias	3.071	1.048
Serviços gráficos	1.921	-
	25.053.638	13.832.616

8. Obrigações Fiscais

	Reapresentado	
	31/12/2023	31/12/2022
CSRF de terceiros	262.671	289.632
INSS de terceiros	97.913	130.969
IRF sobre notas fiscais de terceiros	81.302	89.872
ISS de terceiros	51.892	50.770
	493.778	561.243

CARLA SOARES ALVES
PRESIDENTE ISMS
CPF: 269.127.118-80

RENOVO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.
CRC PJ: 2SP045607
RT: **FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR**
CRC: 1SP297249

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Instituto Social Mais Saúde - São Paulo - SP - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Social Mais Saúde - Hospital Regional Público do Tapajós - Itaituba/PA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a entidades sem fins lucrativos. **Base para opinião com ressalva: Estoque - Inventário físico** - Fomos designados como auditores do Instituto em 08 de abril de 2024 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2023. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto à existência dos estoques naquela data. A ausência deste procedimento se constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir pela adequação ou não do saldo de R\$ 1.628.221 de estoques contabilizado em 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Contrato de Gestão** - Conforme descrito na Nota Explicativa 1 - Contexto Operacional, o instituto opera com Contratos de Gestão, tendo como objeto

9. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022
Salários a pagar	1.251.530	1.076.213
Encargos s/ salários	2.161.852	662.066
	3.413.382	1.738.279

10. Provisões Trabalhistas

	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022
Provisão de férias	2.206.907	1.677.567
	2.206.907	1.677.567

11. Recursos de Contratos de Gestão

	31/12/2023	Reapresentado 31/12/2022
Recursos Contrato de gestão	118.946.811	131.681.852
	118.946.811	131.681.852

O saldo de recursos do contrato de gestão, no valor de R\$ 118.946.811 em 2023 e R\$ 131.681.852 em 2022, está adequadamente respaldado pelo aditivo do contrato de gestão, o qual foi renovado conforme explicado no parágrafo do Contexto Operacional. **12. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2023, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, o Instituto procedeu os ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, o Instituto optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2023 e 2022, respectivamente. **13. Cobertura de Seguros:** A entidade não mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade. **14. Contingências:** Com base na resposta de circularização dos assessores jurídicos, o Instituto não possui contingências que figura no polo passivo nas esferas cíveis, trabalhista e tributária, com probabilidade de perda provável, com base na CPC 25 - Contingências. Em relação às causas possíveis, com base na reposta dos assessores jurídicos a Entidade possui o montante de R\$ 188.276 que se refere ao ano de 2023 ("zero" em 2022). **15. Aplicação de Recursos:** Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais. **16. Eventos Subsequentes:** Não há eventos subsequentes de 1º de janeiro de 2024 até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24.

o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no **Hospital Regional Público do Tapajós**. O contrato inicial de 2020 vem sendo repactuado anualmente com o Governo do Estado. Não há garantia que as repactuações não terão um término. Portanto, não é possível obter razoável segurança quanto à continuidade operacional da Entidade, diante de tal dependência financeira do Estado. Nosso parecer não contém ressalva quanto a esse assunto. **Reapresentação dos Valores Correspondentes do Exercício Social de 2022:** Conforme mencionado na nota "2 k", os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados com o previsto no CPC 23 (IAS 08) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores. **Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração, não foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Não podemos, portanto, emitir nossa opinião sobre este assunto, não garantindo a integralidade da aplicação dos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Demonstrações contábeis do exercício de 2022 - Valores comparativos:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório de opinião sem ressalva em 14 de abril de 2023. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações